

10 de junho de 1959

Lição XXIV

10 de Junho de 1959

Na nossa última conversa, desenvolvi a estrutura do fantasma na medida em que ele é no sujeito o que chamamos o suporte do seu desejo; o fantasma, aí onde podemos apreendê-lo numa estrutura suficientemente completa para servir, em seguida, de certa forma, de placa giratória para o que somos conduzidos a lhe reportar das diversas estruturas – isto é, à relação do desejo do sujeito ao que há muito tempo designo para vocês como sendo, mais que sua referência, sua essência na perspectiva analítica, a saber, o desejo do Outro. Eu vou hoje, como lhes anunciei, tentar lhes situar a posição do desejo nas diferentes estruturas, digamos nosológicas, digamos aquelas da experiência – no primeiro plano, a estrutura neurótica.

[Nós já estudamos] o fantasma perverso, já que é aquele que escolhi na última vez para lhes permitir de a ele apontar aquilo que corresponde à função do sujeito e a do objeto no fantasma na medida em que ele é o suporte, o índice de uma certa posição do sujeito. Da mesma forma que é a imagem do outro que é o início e o suporte, pelo menos nesse ponto onde o sujeito se qualifica como desejo, há essa estrutura mais complexa que se chama o fantasma, e onde, paradoxalmente, fui conduzido na última vez, tomando uma forma particular, especialmente exemplar (não sem profundos motivos), aquela do exibicionista e do *voyeur*, a lhes mostrar que contrariamente àquilo que é dito freqüentemente demais, não são aí duas posições de certa forma recíprocas, como um tipo de precipitação do pensamento leva formulá-lo: aquele que mostra/aquele que vê, se completando um ao outro.

Eu lhes disse, essas duas posições são, ao contrário, estritamente paralelas e em ambos os casos, o sujeito, no fantasma, se encontra indicado por esse algo que chamamos a fenda, a hiância, alguma coisa que é, no real, ao mesmo tempo buraco e relampejar [*éclair*], na medida em que o *voyeur* espia atrás da sua veneziana, que o exibicionista entreabre a sua tela, que ele está aí indicado no seu lugar no ato; que ele não é nada mais que este relampejo do objeto do qual falamos e, vivido, percebido pelo sujeito pela abertura dessa hiância, nesse algo que, ele, o situa como aberto. Aberto a quê? A um outro desejo que o seu – seu que é profundamente atingido, abalado, chocado pelo que é percebido nesse clarão.

É a emoção do outro, além do seu pudor; é a abertura do outro, a espera virtual, enquanto não se sente vista, e que no entanto é percebida como oferecendo-se à vista; é isso que caracteriza nos dois casos essa posição do objeto que está aí, nessa estrutura, tão fundamental. Já que, afinal de contas, a experiência analítica, a detecta no ponto de partida daquilo que ela inicialmente encontrou sobre a via das causas e dos estigmas geradores da posição neurótica, nomeadamente, a cena percebida, a cena dita primeva. Ela participa dessa estrutura, isto é, por um reviramento, sem dúvida, dessa estrutura que faz com que o sujeito veja alguma coisa se abrir, que é esta hiância de repente percebida, alguma coisa que, evidentemente, no seu valor traumático, tem relação ao desejo do Outro entrevisto, percebido como tal, que permanece aí como um núcleo enigmático até que, posteriormente [*après-coup*], possa reintegrar disso o momento vivido numa cadeia que não será forçosamente a cadeia correta, que será, em todo caso, a cadeia geradora de toda uma modulação inconsciente, geradora nucleada no momento da neurose.

Eu lhes peço se deterem nessa estrutura do fantasma. É, bem entendido, tratar-se de um tempo suspenso, como o sublinhei, que o valoriza. O que o valoriza é isso, é um tempo de

10 de junho de 1959

parada. Um tempo de parada que tenha esse valor de índice corresponde a um momento de ação em que o sujeito não pode se instituir de um certo modo *x*, que é justamente o que designamos como desejo aqui, o que tentamos isolar na sua função de desejo, não tem, propriamente falando, senão à condição, esse sujeito, de perder o sentido dessa posição, pois é isso: o fantasma lhe é opaco. Nós podemos, nós, designar seu lugar no fantasma, talvez ele mesmo possa entrevê-lo, mas o sentido da posição, a saber, aquilo porque ele está aí, o que vem à luz do seu ser, isso o sujeito não pode dizê-lo. Está aí o ponto essencial: *aphanisis*. Sem dúvida o termo é feliz e nos serve, à diferença da função que lhe dá Jones na interpretação do complexo de castração, sua forma é enigmática.

Nós vemos no fantasma que *aphanisis*, pelo menos aí onde a palavra desvanecimento (*fading* como digo) nos é utilizável, não enquanto *aphanisis* do desejo, mas na medida em que na ponta do desejo há *aphanisis* do sujeito. O sujeito, na medida em que se situaria no seu lugar, que se articularia como Eu [J] ali onde Isso [Ç] fala na cadeia inconsciente, na medida em que não pode aí se indicar senão enquanto que desaparecendo de sua posição de sujeito.

A partir daí vemos o de que vai se tratar. Enquanto que definimos esse ponto extremo, esse ponto imaginário onde o ser do sujeito reside na sua densidade máxima (não senão imagens para que seu espírito se agarre a uma metáfora), a partir do momento em que vemos, em que definimos esse ponto imaginário onde o ser do sujeito enquanto aquele que deve ser articulado, nomeado no inconsciente, não pode, em caso algum, no último termo, ser nomeado, mas somente indicado por alguma coisa que se revela, ela mesma, como corte, como fenda, como estrutura de corte no fantasma; é em torno desse ponto imaginário – e isto é, em todo domínio, legítimo, se podemos articular sua estrutura pelo que parte dela – que vamos tentar situar aquilo que acontece efetivamente nas diferentes formas do sujeito, que não são nem um pouco obrigatoriamente formas homogêneas, formas compreensíveis, por um lado, por aquele que está do outro lado.

Nós sabemos demais a respeito disso o que pode nos enganar na compreensão de uma psicose. Por exemplo, devemos nos guardar de compreender se podemos tentar reconstruir, articular na estrutura. E é bem isso o que tentaremos fazer aqui.

Então a partir daí, a partir dessa estrutura onde o sujeito, em seu momento de desaparecimento – e lhes repito, trata-se aí de uma noção da qual vocês poderão encontrar o traço quando Freud fala do umbigo do sonho, o ponto em que todas as associações convergem para desaparecerem, para não mais serem conectadas a nada [além] do que ele chama *unerkannt*¹. É disso o de que se trata. Em relação a isso, o sujeito vê na sua frente se abrir o quê? Nada além de uma outra hiância, que, no limite, engendraria um reenvio ao infinito do desejo na direção de um outro desejo.

Como nós o vemos no fantasma do *voyeur* e do exibicionista, é do desejo do Outro que ele se encontra dependente. É à mercê do desejo do Outro que ele se encontra oferecido. Isso é concreto, nós o encontramos na experiência. Isso não é porque não o articulamos que não podemos comumente..., que não é muito fácil apreender.

Quando lhes falei longamente, há dois anos, da neurose do pequeno Hans, não se tratava de outra coisa. É na medida em que num momento de sua evolução o pequeno Hans se encontra confrontado a alguma coisa que vai muito além do momento, no entanto crítico,

¹ incógnito; desconhecido; sem ser reconhecido.

10 de junho de 1959

da rivalidade a propósito da nova vinda de sua irmãzinha, de muito mais grave que essa novidade que é para ele o esboço de maturação sexual que o torna capaz de ereções, certamente a questão é aberta perante especialistas em orgasmos. Isso não está nem ao nível interpsicológico propriamente dito, nem ao nível da integração de uma nova tendência que se abre à crise. Eu lhes sublinhei e articulei bem isso (e mesmo martelei) então.

É na medida em que, por um fechamento nesse momento da conjuntura, ele se encontra de fato e especialmente confrontado como tal ao desejo de sua mãe, e que se encontra em presença desse desejo sem nenhum recurso. A *Hilfflosigkeit* de Freud, no seu artigo sobre o *Inconsciente*, artigo de 1917, é essa posição de ser sem recurso, mais primitiva que tudo, e perante a qual a angústia já é um esboço de organização na medida em que ela já está atingida – se não sabemos de quê, se não a articulamos de imediato, em todo caso ela é antes de tudo *Erwartung*², nos diz Freud. Mas antes há isso, *Hilfflosigkeit*, o “sem recurso”. O “sem recurso” diante de quê? Daquilo que não é definível, centrável de nenhum outro modo senão diante do desejo do Outro. É essa relação do desejo do sujeito, na medida em que tem de se situar diante do desejo do Outro que, no entanto, literalmente o aspira e o deixa sem recurso, é nesse drama da relação do desejo do sujeito ao desejo do Outro que se constitui uma estrutura essencial, não somente da neurose, mas de toda outra estrutura analiticamente definida.

Nós começamos pela neurose, estamos bastante longe, saídos da perversão, para que vocês possam entrever que a perversão, também aí, está ligada. No entanto, sublinhemos, nós só a fizemos entrar, essa perversão, no momento instantâneo do fantasma, do fantasma enquanto passagem ao ato na perversão e, na perversão somente, o revela.

Na neurose de que se trata para nós de estreitar por enquanto o que tem relação com essa estrutura que articulo diante de vocês, é esse momento fecundo da neurose que viso no caso do pequeno Hans, porque aí trata-se de uma fobia, isto é, a forma mais simples da neurose, aquela onde podemos tocar com o dedo o caráter da solução, aquele que já lhes articulei longamente a propósito do pequeno Hans, lhes mostrando a entrada em jogo desse objeto, o objeto fóbico enquanto significante para todos os fins.

Ele está aí para ocupar esse lugar entre o desejo do sujeito e o desejo do Outro, uma certa função que é uma função de proteção ou de defesa. Nisso não há nenhuma ambigüidade sobre a formulação freudiana. O medo do objeto fóbico é feito para proteger o sujeito de quê? Está em Freud: da aproximação de seu desejo. E é olhando as coisas mais de perto que nós vemos aquilo de que se trata, de seu desejo na medida em que está desarmado em relação àquilo que no Outro, a mãe no caso, se abre para Hans como sinal de sua dependência absoluta.

Ela o conduzirá ao fim do mundo, ela o levará mais além ainda; ela o conduzirá tão longe e tão freqüentemente, que ela mesma desaparece, se eclipsa, que ela é a pessoa que nesse momento pode lhe parecer não mais somente como aquela que poderia responder a todas as suas demandas, ela lhe aparece com esse mistério suplementar de estar ela mesma aberta a uma falta cujo sentido parece naquele momento a Hans estar numa certa relação ao falo que, no entanto, esse falo, ele não tem.

² *expectativa, espera, aguardo*

10 de junho de 1959

É no nível da falta a ser da mãe que se abre para Hans o drama que ele só pode resolver fazendo surgir o significante da fobia, o qual lhes mostrei a função plurivalente, uma espécie de chave universal, de chave para todos os fins que lhe serve naquele momento para se proteger contra aquilo que, de um modo unívoco, todos os analistas experimentados perceberam, contra o surgimento de uma angústia mais temível ainda do que o medo ligado, do que o medo fixado da fobia. Esse momento, na medida enquanto relação do desejo, enquanto algo que na estrutura do fantasma, na oposição $\$ a a$, dá a esse $\$$ alguma coisa que alivia a parte, que sustenta a presença, que é alguma coisa em que o sujeito se engancha, esse ponto onde, em suma, vai se produzir o sintoma [*symptom*] no nível mais profundo na neurose, isto é, na medida em que ele interessa do modo mais geral, a posição do sujeito. É isso que merece aqui ser articulado.

Se vocês quiserem, procedemos nessa ordem, de ser articulado primeiro, e em seguida a nos demandar se essa estrutura do fantasma é tão fatal. Como alguma coisa que se mantém na borda desse ponto de perda, desse ponto de desaparecimento indicado na estrutura do fantasma – como esse algo que se mantém na borda, que se sustenta na entrada do turbilhão do fantasma – como esse algo é possível? Pois fica bem claro que é possível.

O neurótico acede ao fantasma. Ele aí acede em certos momentos eleitos da satisfação de seu desejo. Mas todos sabemos que só se trata aí de uma utilização funcional do fantasma, que sua relação, por outro lado, com todo mundo, e especialmente suas relações com os outros, com os outros reais (é aí que chegamos agora), é profundamente marcada pelo quê? Sempre o dissemos: por uma pulsão recalcada. Essa pulsão recalcada, é sua relação que tentamos articular um pouco melhor, de modo um pouco mais cerrado, de um modo tão clinicamente mais evidente. Nós vamos simplesmente ver como isso é possível. Nós vamos, no entanto, indicar como isso se apresenta. Tomemos o obsessivo, se quiserem, e o histérico. Tomemo-los juntos, enquanto em um certo número de traços, vamos vê-los se esclarecer um pelo outro.

O objeto do fantasma, na medida em que desemboca sobre esse desejo do Outro, trata-se de não se aproximar dele, e para isso, evidentemente, há várias soluções. Nós vimos aquela que é ligada à promoção do objeto fóbico ao objeto de interdição. De interdição de quê? Afinal de contas, de um gozo que é perigoso porque ele abre diante do sujeito o abismo do desejo como tal.

Há outras soluções, eu já as indiquei sob essas duas formas esquemáticas na relação de Royaumont. O desejo do sujeito, o sujeito pode sustentá-lo diante do desejo do Outro. Ele o sustenta de dois modos:

Como desejo insatisfeito, é o caso dos histéricos. Eu lhes lembro o exemplo da bela açougueira, onde essa estrutura aparece de um modo tão claro, esse sonho nas associações do qual aparece a forma, de certo modo confessado, da operação da histérica. A bela açougueira deseja comer caviar, mas ela não quer que seu marido lhe compre o caviar, porque é preciso que esse desejo permaneça insatisfeito.

Essa estrutura, que está aí imajada em uma pequena manobra que forma, por sinal, a trama e o texto da vida cotidiana dessas pessoas, vai muito mais além, de fato. Ela quer dizer, essa historietta, a função que a histérica se dá a ela mesma. É ela que é o obstáculo, é ela que não quer. Isto é, que nessa relação do sujeito ao objeto no fantasma, ela vem ocupar essa mesma posição terceira que era há pouco devotada ao significante fóbico, mas de outro modo. É ela que é o obstáculo, é ela, na realidade, que está em jogo. E seu gozo é de

10 de junho de 1959

impedir justamente o desejo nas situações que ela própria trama. Pois está aí uma das funções fundamentais do sujeito histórico nas situações que trama, sua função é a de impedir o desejo de vir a termo, para permanecer, ela mesma, em jogo.

Ela toma o lugar daquilo que poderíamos chamar com um termo inglês [*a puppet*], isto é, alguma coisa como um “manequim”. [*Puppet*] tem um sentido mais extenso, mais geral, é um “falso semblante”. A histórico, na medida em que numa situação tão freqüentemente observada, que ela é, realmente, nas observações, reconhecível claramente, – basta ter a chave disso que é aquela da sua posição entre uma sombra que é seu duplo, uma mulher que é, de modo oculto, esse ponto precisamente onde se situa, onde se insere seu desejo, na medida em que é preciso que ela não o veja – a histórica se institui, [se] apresenta, ela própria, no caso, como a mola da máquina, aquela que as suspende e as situa, uma em relação a outra, como espécies de marionetes onde ela tem, ela mesma, que se sustentar nessa relação desdobrada que é aquela $\$a$; a histórica está, no entanto, ela própria, no jogo, sob a forma daquela que, afinal de contas, é a questão.

O obsessivo tem uma posição diferente. A diferença do obsessivo em relação ao histórico é de permanecer, ele, fora do jogo. Seu verdadeiro desejo, vocês o observarão, - confiem nessas fórmulas quando terão que lidar com sujeitos clinicamente assim qualificáveis -, o obsessivo é alguém que não está nunca verdadeiramente ali, no lugar onde alguma coisa está em jogo e que poderia ser qualificado “seu desejo” ali onde ele corre risco, aparentemente, não é ali que ele está. É desse desaparecimento mesmo do sujeito, o $\$$ no ponto de aproximação do desejo, que ele faz, se assim podemos dizer, sua arma e seu esconderijo: ele aprendeu a se servir disso para estar alhures. E, observem-no bem, isto é claro, ele só [o] pode – porque não há outro lugar que aquele que era reservado até aqui à estrutura instantânea, relacional, do histórico – ele só o pode desdobrando no tempo, temporalizando essa relação, remetendo sempre ao dia seguinte seu engajamento nessa verdadeira relação do desejo. É sempre para amanhã que o obsessivo reserva o engajamento de seu verdadeiro desejo. Não quer dizer que enquanto espera esse termo, ele não inicia nada. Muito longe disso! Ele prova sua capacidade. Muito mais! Ele pode ir até às considerações dessas provas, o que faz como um meio para obter seus méritos. Méritos de que? Da referência do Outro no lugar dos seus desejos. Essas coisas, vocês as constatarão muito bem, confessando a propósito de qualquer coisa, mesmo se o obsessivo não reconhece como tal esse mecanismo.

Mas é importante que vocês sejam capazes de reconhecê-lo, para o designar, pois afinal de contas, trata-se aí de alguma coisa, eu o digo, de importuno, que é esmagar esse mecanismo sob a forma daquilo que ele acarreta no seu caminho, a saber, todas essas relações intersubjetivas que só se concebem ordenadas em relação a esta relação, ou a essas relações fundamentais tais como eu tento aqui articular para vocês.

O que é que isto quer dizer afinal de contas? Eu quero dizer, antes mesmo de nos perguntar como isso é possível, o que é que vemos aparecer nessa posição neurótica? É claro que aquilo que vemos aparecer é, pelo menos, isto: o apelo de socorro do sujeito para sustentar seu desejo, para o sustentar – em presença e em frente do desejo do Outro, para se constituir como desejante. É isso que lhes indiquei da última vez, é que a única coisa que ele não sabe, é que constituindo-se como desejando, a sua iniciativa é profundamente marcada por alguma coisa que está aí atrás, a saber, o perigo que constitui essa inclinação do desejo. De modo que se constituindo como desejante, não percebe que na constituição

10 de junho de 1959

do seu desejo se defende contra algo que seu desejo mesmo é uma defesa e não pode ser outra coisa.

Ainda, para que isso possa se sustentar, fica claro que em cada caso ele apela pela ajuda uma coisa que se apresenta numa posição terceira em relação a esse desejo do Outro, alguma coisa onde ele possa se colocar para que a relação aspirante, evanescente do \$ diante do *a*, seja sustentável. É na relação com o outro, o outro real, que vemos suficientemente indicado o papel daquilo que permite ao sujeito simbolizar. Pois não se trata de outra coisa que simbolizar sua situação, a saber, de manter em ato alguma coisa em que possa se reconhecer como sujeito, se satisfazer como sujeito, por mais aturdido que fique, finalmente, de ver que esse sujeito que se sustenta, ele se encontra à mercê de todos os tipos de atitudes contorcidas e paradoxais que o designam a ele mesmo, tão logo possa ter o mínimo olhar refletido sobre sua própria situação, como um neurótico à mercê dos seus sintomas.

Aqui intervêm esse elemento que a experiência analítica nos ensinou a colocar em um ponto chave das funções significantes e que se chama o falo. Se o falo tem a posição chave que designa agora, é muito evidentemente enquanto significante, significante ligado a alguma coisa que tem um nome em Freud, o qual Freud absolutamente não dissimulou o lugar na economia inconsciente, ela mesma, é, a saber, a lei.

A respeito disso, toda espécie de tentativa de trazer o falo para algo que se equilibra, que se compõe com tal outro correspondente funcional no outro sexo, é alguma coisa que, evidentemente, do ponto de vista da inter-relação do sujeito tem seu valor, se assim podemos dizer, genético, mas que não pode se exercer, se fazer, a não ser na condição de desconhecer aquilo que é perfeitamente essencial na valorização do falo como tal. Ele não é pura e simplesmente um órgão. Alí onde ele é órgão, ele é instrumento de um gozo, ele não está, nesse nível, integrado no mecanismo do desejo, porque o mecanismo do desejo é alguma coisa que se situa em um outro nível, que para entender aquilo que é esse mecanismo do desejo é preciso defini-lo visto por outro ângulo, isto é, uma vez que as relações da cultura estão instituídas e a partir ou não do mito do assassinato primordial.

O desejo, de todas as demandas, se distingue nisso, que é uma demanda submetida à lei. Isso parece quase empurrar uma porta aberta, mas é, no entanto, disso de que se trata quando Freud nos faz a distinção das demandas que respondem às necessidades ditas de conservação da espécie ou do indivíduo, e daquelas que estão sobre um outro plano. É o porque nos dizer que aquelas que estão sobre esse outro plano se distinguem das primeiras nesse sentido em que elas podem ser adiadas! Mas, afinal de contas, se o desejo sexual pode ser adiado nos seus efeitos, na sua passagem ao ato, no homem, é de um modo seguramente ambíguo. Ele pode ser adiado? Por que poderia ele o ser mais nos homens do que nos animais, ou, onde, afinal de contas, ele não sofre tanto de adiamentos? É em razão, sem dúvida alguma, de uma flexibilidade genética. É também e essencialmente – pois nada é articulado na análise se não o articulamos nesse nível – na medida em que é sobre esse desejo sexual, ele mesmo, que é edificada a ordem primordial de trocas que funda a lei pela qual entra no estado vivo o número como tal na inter-psicologia humana. A lei dita da aliança e do parentesco pela qual vemos aqui aparecer: que o falo, fundamentalmente, é o sujeito enquanto objeto desse desejo, esse objeto estando submetido àquilo que chamaremos a lei da fecundidade.

E também é assim que cada vez que fazemos intervir de um modo mais ou menos desvelado e mais ou menos iniciático o falo; ele é, para aqueles que participam dessa

10 de junho de 1959

iniciação, desvelado. Se a função do pai, para o sujeito, enquanto que “autor de seus dias”, como se diz, não é senão o significante daquilo que chamo aqui a lei da fecundidade na medida em que ela regula, que enoda o desejo a uma lei, efetivamente essa significação fundamental do falo é aquilo pelo que, por toda a dialética do desejo enquanto que o desejo, na medida em que aí se exprime o ser do sujeito no ponto de sua perda, se interpõe sobre o trajeto dessa funcionalização do sujeito enquanto falo, daquilo pelo que o sujeito se apresenta na lei de troca definida pelas relações fundamentais regulando as inter-reações do desejo na cultura... e na medida em que o sujeito é, na medida em que a partir de um certo momento ele não é mais, ele falta a ser, ele não pode mais se apreender.

É do encontro disso com sua função fálica, com sua função fálica nas ligações reais das relações com os outros reais, da geração real da linhagem, é aqui que se produz o ponto de equilíbrio, que é aquele onde nós paramos no final do sonho do paciente de Ella Sharpe.

Se conectei toda a grande digressão sobre *Hamlet* nesse nível, é na medida em que o sujeito nos apresentava no seu sonho, sob a forma mais pura, essa alternância do “*To be or not* [...]”, da qual já fiz tanto caso. É, a saber, esse sujeito que se qualificava como “pessoa”, esse sujeito, no momento em que se aproxima de seu desejo, onde põe ali direitinho o dedo, em que tem de escolher ser ninguém ou ser pego, absorvido inteiramente no desejo devorante da mulher, que, de imediato, depois é obrigado a ser ou não ser, de fazer vir à tona o “*to be*” da segunda parte, que não tem o mesmo sentido que na primeira, o “não ser” da estrutura primordial do desejo, se vê oferecido a uma alternativa: para ser, isto é, ser o falo, ele deve ser o falo para o Outro, o falo marcado; para ser aquilo que ele pode ser como sujeito, ele é ofertado à ameaça do “não o ter”.

Se vocês me permitem me servir de um sinal dito lógico que é o \sim que utilizamos para designar o “*ou, ou*” da distinção, o sujeito vê se abrir para ele a escolha entre “não sê-lo” – não ser o falo – ou, se ele o é, “não tê-lo”, isto é, ser o falo para o outro, o falo na dialética inter-subjetiva. É disso o de que se trata. E é nesse jogo que o neurótico sente a aproximação, a integração de seu desejo como uma ameaça de perda.

O *não um ao* que se designa o $\$$ na estrutura fundamental do desejo, se transforma em um “um demais”, ou “alguma coisa demais”, ou “alguma coisa a menos”, na ameaça da castração para o homem ou no falo experimentado como ausência para a mulher. É porque podemos dizer que ao fim da desmistificação analítica da posição do neurótico, alguma coisa parece permanecer na estrutura, pelo menos aquilo que nos testemunha Freud na sua própria experiência, que se apresenta como um resto, como alguma coisa que, para o sujeito, o faz, em todos os casos, permanecer numa posição inadequada, aquela do perigo para o falo no homem, a da ausência do falo na mulher.

Mas também talvez seja por isso que no viés adotado inicialmente para a solução do problema neurótico, a dimensão transversal, aquilo em que o sujeito, no seu desejo, deve lidar com a manifestação do seu ser como tal, com ele como autor possível do corte, essa dimensão seja negligenciada; que, em outros termos, o objetivo da análise vai à redução da posição neurótica do desejo e não ao desengajamento da posição do desejo como tal, fora do atoleiro dessa dialética particular que é a do neurótico.

Como ainda voltar sobre esses pontos para fazer vocês sentirem melhor ainda a articulação? Certamente eu a conduzi aí sob o seu fio mais puro. É bem certo que isso trás consigo não somente toda o anedotário da história do sujeito, mas também de outros elementos estruturais no seu passado. Eu quero dizer aquilo que manifestamos,

10 de junho de 1959

valorizamos no momento desejado, aquilo que é o que se refere como tal ao drama narcísico, a relação do sujeito à sua própria imagem.

É bem certo que, afinal de contas, é aí que se insere para o sujeito – Freud o sublinhou inúmeras vezes em seu tempo e com seus próprios termos – o temor da perda do falo, o sentimento também da falta do falo. O eu [*moi*], em outros termos, está implicado. Mas notemos isto então nesse nível, que, se ele intervém, se ele pode intervir nesse lugar em que o sujeito pode ter de se sustentar nessa dialética complexa em que ele teme perder na relação com o outro seu privilégio, pois bem, isso não é certo se a relação narcísica com a imagem do outro intervém em razão de alguma coisa que poderíamos chamar fraqueza do eu, mas, afinal de contas, em todos os casos em que constatamos uma tal fraqueza, aquilo que nós assistimos é, ao contrário, um espalhamento da situação, ou seja, um bloqueio da situação.

Afinal de contas, só tenho aí que fazer alusão a algo que é para todos vocês familiar, que foi, creio, traduzido na revista, no caso notório de Melanie Klein, a saber, dessa criança que estava bem introduzida como tal nessa relação do desejo ao significante, mas que se encontrava em relação ao outro, à relação possível sobre o plano imaginário, sobre o plano gestual, comunicativo, vivo com o outro, completamente suspenso, tal como nos descreve Melanie Klein. Nós não sabemos tudo desse caso, e, afinal de contas, não podemos dizer que Melanie Klein tenha feito outra coisa que nos apresentar aí um caso notável. E aquilo que esse caso demonstra é que, certamente, essa criança que não falava já está tão acessível e tão sensível às intervenções faladas de Melanie Klein, que, para nós, no nosso registro, naquele que tentamos aqui desenvolver, seu comportamento é realmente espantoso.

As únicas estruturas do mundo que são para ela acessíveis, sensíveis, manifestas, manifestantes desde os primeiros momentos com Melanie Klein, são estruturas que levam nelas mesmas todos os caracteres da relação à cadeia significante. Melanie Klein no-los designa, é a pequena cadeia do trem, isto é, de algo que é constituído por um certo número de elementos enganchados uns nos outros; é uma porta que se abre ou que se fecha – equívale a dizer aquilo que, quando tentava lhes mostrar nas utilizações possíveis de tal esquema cibernético para nosso manuseio do símbolo, aquilo que é a forma mais simples da alternância “sim ou não” que condiciona o significante como tal, “uma porta deve ser aberta ou fechada”.

É em torno disso que todo o comportamento da criança se limita. No entanto, não há nada para tocar nisso senão palavras, que são, no entanto, frases, e alguma coisa de essencialmente verbal, que desde os primeiros momentos, o que é que a intervenção de Melanie Klein obtém da criança? Sua primeira reação é, na minha opinião, quase extraordinária no seu caráter exemplar: é de ir se situar (e está no texto) entre duas portas, entre a porta interior dos gabinetes e a porta exterior, em um espaço negro do qual nos espantamos que Melanie Klein – que, de certa forma, viu tão bem os elementos de estrutura como aqueles da introjeção e da expulsão, a saber, esse limite no mundo exterior, daquilo que podemos chamar as trevas interiores em relação a um sujeito – não viu o alcance dessa zona intermediária que não é nada menos que aquela que distinguimos assim: aquela onde se situa o desejo, a saber, essa zona que não é nem o exterior nem o interior, articulada e construída, tão reduzida nesse sujeito, mas que podemos chamar, pois encontramos algo disso em certas estruturas do vilarejo primitivo, desse tipo de zonas desimpedidas entre os dois, a zona de *no man's land* entre o vilarejo e a natureza virgem, que é bem aquilo onde ficou em pane o desejo do pequeno sujeito.

10 de junho de 1959

É aí que vemos intervir possivelmente o *moi*, e, evidentemente, está em toda a extensão onde esse *moi* é débil, mas forte, que virão, como o repeti sempre uma centena de vezes, se organizar as resistências do sujeito. As resistências do sujeito, na medida em que elas são as formas de coerência mesmo da construção neurótica, isto é, daquilo no que se organiza para subsistir como desejo, para não ser o lugar desse desejo, para ficar abrigado do desejo do Outro como tal, para ver se interpor entre sua manifestação mais profunda como desejo e o desejo do Outro, essa distância, esse álibi que é aquele onde ele se constitui respectivamente como fóbico, histérico, obsessivo.

Eu retornarei, é preciso, sobre um exemplo que Freud nos dá, desenvolvido, de um fantasma. Não é vão voltar nisso após haver feito esse desvio. É o fantasma *Bate-se numa criança*. Aqui podemos captar os tempos que nos permitem reencontrar a relação estrutural que tentamos hoje articular.

O que é que temos? O fantasma dos obsessivos. Meninos e meninas se servem desse fantasma para chegar em quê? Ao gozo masturbatório. A relação com o desejo fica clara. Esse gozo, qual é sua função? Sua função aqui é aquela de toda satisfação de necessidade numa relação com o além que determina a articulação de uma linguagem para o homem. É, a saber, que o gozo masturbatório aqui não é a solução do desejo, é o esmagamento, exatamente como a criança na mama, na satisfação da alimentação, esmaga a demanda de amor perante a mãe.

E também isso é quase assinado pelos testemunhos históricos. Eu quero dizer, já que nós fizemos alusão, em seu tempo, à perspectiva hedonista, à sua insuficiência para qualificar o desejo humano como tal – não esquecemos, afinal de contas, que o caráter exemplar de um de seus pontos paradoxais como tais, evidentemente deixado na sombra da vida daqueles que se apresentaram na história como sábios, e os sábios de uma disciplina cujo fim, qualificado de filosófico, era precisamente, por razões, afinal de contas, válidas, já que metódicas, a escolha, a determinação de uma postura em relação ao desejo: postura que consiste também, na origem, em excluí-lo, a torná-lo caduco. E toda perspectiva, propriamente dita, hedônica, participa dessa posição de exclusão, como o demonstra o exemplo paradoxal que vou aqui lhes lembrar, a saber, da posição dos cínicos, para os quais, de um modo perfeitamente categórico – a tradição sob a boca de Chrysippe³ se minha lembrança é boa, nos transmite o testemunho disso – isto é, que Diógenes, o cínico, mostrava a ponto de fazê-lo em público, ao modo de um ato demonstrativo (e não exibicionista) que a solução do problema do desejo sexual estava, se assim posso dizer, ao alcance da mão de cada um, e ele o demonstrava brilhantemente masturbando-se.

O fantasma do obsessivo é, portanto, alguma coisa que, evidentemente, tem uma relação com o gozo, portanto, é mesmo notável que isso possa se tornar disso uma das condições, mas Freud nos demonstra que a estrutura tem valor naquilo que designo como sendo seu valor de índice - já que esse fantasma aponta, nada mais que um traço da história do sujeito, alguma coisa que se inscreve na diacronia. É, a saber, que o sujeito, num passado, por conseguinte, esquecido, viu, nos diz o texto de Freud, um rival (que ele seja do mesmo sexo ou de um outro, pouco importa!) sofrer as sevícias do ser amado, no caso, do pai, e encontrou nessa situação original sua felicidade.

No que o instante fantasmático o perpetua, se assim podemos dizer, esse instante privilegiado de felicidade? É aqui que a fase intermediária que nos é designada por Freud

³ Relatado por Diógenes Laércio, *in Vies et opiniones des philosophes*, ° Apelt, Leipzig, 1921, 1955 (2 vol.).

10 de junho de 1959

toma seu valor demonstrativo. É na medida em que, num tempo, nos diz Freud, que não pode ser senão reconstruído – isto se assinala no fato que em Freud só encontramos o testemunho de alguns momentos inconscientes que são, propriamente falando, inacessíveis como tais. Que ele esteja errado ou certo no caso preciso, determinado, por enquanto está fora de questão. Também, ele não está errado, mas o importante é que ele designa essa etapa intermediária como alguma coisa que só pode ser reconstruída; e essa etapa intermediária entre a lembrança histórica enquanto designa o sujeito num de seus momentos de triunfo, lembrança histórica, que não é senão recalcada, no pior, e que pode ser trazida à tona, aquilo em que o instante fantasmático aí desempenha o papel de índice, eterniza-se, se assim podemos dizer, esse momento, fazendo o ponto de amarra de alguma coisa completamente diferente, a saber, do desejo do sujeito. Pois bem, isso só acontece em relação a um momento intermediário que chamarei aqui, apesar de ser um ponto em que só possa ser reconstruído, como, propriamente falando, metafórico.

Pois de que se trata nesse momento intermediário, esse segundo tempo que Freud nos disse que ele é essencial à compreensão do funcionamento desse fantasma? É disto: é que ao outro, o irmão rival, que é a presa da cólera e do castigo infligido pelo objeto amado, o sujeito se substitui. Isto é, que nesse segundo tempo, é ele que é castigado.

Nós nos encontramos aí diante do enigma no estado nu daquilo que comporta essa metáfora, essa transferência. O que é que o sujeito busca aí? Que estranha via no decorrer, para dar ao seu triunfo que esse modo de ser forçado, por sua vez, a praticar um ato humilhante daquilo que foi ao outro infligido! Será que não nos encontramos aí diante do enigma derradeiro – Freud também não o dissimula – daquilo que vem se inscrever na dialética analítica como masoquismo, e, portanto, vemos, afinal de contas, aqui, sob uma forma pura, se apresentar a conjunção? É, a saber, que alguma coisa no sujeito perpetua a felicidade da situação inicial numa situação ocultada, latente, inconsciente, de infelicidade.

Que, daquilo de que se trata nesse segundo tempo hipotético, é, em suma, de uma oscilação, de uma ambivalência, de uma ambigüidade mais precisamente daquilo que o ato da pessoa autoritária, no caso o pai, comporta de reconhecimento. O gozo que toma aí o sujeito é aquilo na direção do quê ele desliza, de seu acidente de seu histórico para uma estrutura onde ele vai aparecer como ser, como tal. É isto que está no fato de se alienar, isto é, de se substituir aqui ao outro como vítima, que consiste o passo decisivo de seu gozo na medida em que desemboca no momento fantasmático em que ele deixa de ser ele mesmo para ser *a gente* [o].

- Por um lado, o instrumento de alienação enquanto desvalorização, está em *bate-se* [o] *bat* por um lado, e é o porque, até um certo ponto, pude lhes dizer que ele se torna pura e simplesmente o instrumento fálico enquanto é aí o instrumento de sua anulação.

- Confrontado a quê? *Bate-se numa criança*, uma criança sem rosto, uma criança que não é nada mais do que a criança original, também não a criança que ele próprio foi no segundo tempo, a qual não há nenhuma, mesmo especial, determinação de sexo. O exame da sucessão dos fantasmas aferidos, da qual nos fala Freud, o mostra. Ele é confrontado com aquilo que podemos chamar um tipo de extrato do objeto.

É nesta relação portanto, do fantasma, que vemos apontar para esse momento que, para o sujeito, faz um instante privilegiado de seu gozo. Nós diremos que o neurótico – e veremos da próxima vez como podemos lhe opor alguma coisa de muito particular, não a perversão em geral, pois aqui a perversão, naquilo que exploramos como estrutura, desempenha um

10 de junho de 1959

papel de ponto pivô, mas onde podemos lhe opor alguma coisa de muito especial, e cujo fator comum não parece ter sido encontrado até aqui, é, a saber, a homossexualidade.

Mas para nos limitar hoje ao neurótico, sua estrutura mais comum, fundamental, reside, afinal de contas, nisso que, se ele se deseja desejando, desejando o quê? Alguma coisa que só é, afinal de contas, aquilo que lhe permite sustentar, na sua precariedade, seu desejo como tal. Sem saber que toda fantasmagoria é feita para isso, a saber, que são seus próprios sintomas que são o lugar onde encontra seu gozo, esses sintomas, no entanto, tão pouco satisfatórios em si mesmos.

O sujeito, portanto, se apresenta aqui como, não direi de forma alguma um ser puro, aquilo do que parti para lhes indicar o que queria dizer a relação dessa manifestação particular do sujeito ao real, mas um *ser para*. A ambigüidade da posição do neurótico está inteirinha aqui, nessa metonímia que é nesse *ser para* que reside todo seu *para ser*.